

As imagens e os discursos sobre a droga

Os discursos, e conseqüentemente as imagens, sobre a droga têm variado bastante em quantidade e qualidade sobretudo nos últimos 5-7 anos.

Até então, a droga, ilícita, apesar de sempre ter existido e de ser consumida, não-tinha nem o acesso nem o impacto que hoje tem junto da opinião pública.

Assistiu-se, a partir de determinada altura, a uma proliferação de discursos, melhores ou piores, mais ou menos sensacionalistas, que foram por sua vez veiculados pelos mass média em geral, também das mais diversas formas.

As opiniões e posteriores posições do chamado público em geral têm sido, neste campo, condicionadas pelos diferentes tipos de discursos oficiais e não oficiais que lhe são dirigidos. Quem os produz e divulga faz o empolamento dos factores que julga serem os responsáveis pela existência dum provável aumento do número de consumidores. Assim, e por exemplo, as personalidades políticas que sobre este assunto se debruçam tendem a valorizar conteúdos mais ou menos proteccionistas em relação a uma juventude que, latente ou manifestamente, consideram «vítima» das modernas sociedades.

Indivíduos ou grupos representativos ou não de várias instituições tomam as mais diferentes posições, que vão desde a crítica em que está implícita ou explícita uma mensagem e um apelo ao combate à droga, não distinçando muitas vezes os diferentes tipos de consumidores dos traficantes, até ao reconhecimento da complexidade de um fenómeno do qual pouco se sabe, mas que se sente ser preocupante pela sua «extensão».

Os jovens, os mais identificados como consumidores de drogas ilícitas — parece que nos adultos o consumo, por vezes abusivo, de drogas lícitas é qualquer coisa de muito diferente e não reprovável —,

pouco ou nada têm sido ouvidos, e aqueles que aparecem a manifestar-se em público denotam e elaboram todo um discurso cujo conteúdo aparece como bastante radical a favor ou contra (para além de uma faixa cada vez mais larga que pretende «não ter posição»).

Os discursos dos técnicos que mais directamente lidam com os consumidores têm como objectivo fundamental esclarecer e dar informação do que consideram intervir no seu campo de acção específico, de forma pragmática e minimamente eficaz. Procuram conduzir as suas afirmações e tomadas de posição no sentido de minorar os efeitos dum problema que sabem ser menos preocupante do que muitos querem fazer parecer. Poder-se-á talvez afirmar que são dos poucos a tentar atender à especificidade dos casos na diversidade das situações que se lhes deparam. Uma ressalva: quando representam a instituição em que trabalham, a título oficial ou oficioso, tendem a defender-se recorrendo à linguagem técnica mais ou menos especializada, o que corre riscos de tornar o conteúdo do seu discurso inacessível a uma maioria.

Evidentemente que muito mais haveria a dizer sobre os tipos de discursos mais correntes e sobre os seus reais intuitos e, não raras vezes, sobre os seus aspectos manipulatórios da opinião pública.

De referir ainda o papel dos órgãos de comunicação social em geral, na divulgação das imagens, quer por escrito quer visuais — já se torna fatigante a utilização da foto da seringa e/ou dum jovem prostrado, como elucidativas dum artigo de fundo cujo conteúdo escrito muitas vezes não está longe da realidade.

Porquê dar tanto relevo e empolamento à droga ilícita e, na página seguinte, anunciar e incentivar a compra duma determinada marca de cigarros ou duma bebida para os momentos de ócio ou prazer?

Não somos ainda um país com números assustadores de toxicómanos dependentes das drogas ilícitas; o mesmo não se pode dizer acerca das «drogas lícitas»¹.

Afigura-se fundamental o esclarecimento do que é uma substância psicoactiva lícita e do que é uma ilícita, do(s) porquê(s) do seu consumo, e só depois se pensar nas medidas a tomar em relação a cada uma delas.

¹ Textos a não passarem despercebidos serão os diferentes decretos que criaram e posteriormente reformularam os objectivos dos diferentes dispositivos e Centros Oficiais referentes ao consumo e tráfico de drogas.

Ao leitor deixamos o critério e a «habilidade» de destringir o que se tem vindo a fazer nestes domínios... Para isso publicamos em «Antologia» a legislação de 1976 e a actualmente vigente (1983).

Foi por sentir, e saber, que todo este tema e seus afins têm tido tratamentos tão diversos, que no fundo só têm conduzido a uma confusão e não à compreensão do fenómeno no seu todo (a droga, a substância, não tem sentido só, enquanto tal) que Psicologia dedica o presente número a este tema e publica alguns depoimentos e descrição de trabalhos que têm sido levados a cabo por várias valências de técnicas do CEPD.*

PAULA MARQUES
*Centro de Estudos da Profilaxia da Droga
Lisboa*

* Agradece-se o precioso apoio dado pelo Dr. Francisco Pólvora, enquanto Coordenador do Gabinete de Planeamento e de Coordenação de Combate à Droga, que colocou à disposição da organização deste número de *Psicologia* os meios técnicos necessários à sua preparação.